

## BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DO CONCEITO DE REGIÃO

Prof. Dr. Paulo Roberto Teixeira de GODOY\*

### RESUMO

*Este artigo visa apresentar, sucintamente, a trajetória do conceito de região ao longo da evolução do pensamento geográfico, entre o final do século XIX aos nossos dias. Por se tratar de um período relativamente extenso, selecionou-se alguns autores cuja produção acadêmica na área de Geografia Regional tiveram grande influência sobre as análises dos problemas teóricos e conceituais referentes à questão regional. Neste sentido, sem o propósito de esgotar a secular e polêmica discussão sobre o conceito de região, preferiu-se apresentar um panorama das diversas concepções sobre o conceito e apontar as tendências atuais do debate regional.*

**Palavras-chave:** região, regionalismo, globalização

### ABSTRACT

*This article aims at to present, sucintamente, the trajectory of the concept of region to the long one of the evolution of the geographic thought, enters the end of century XIX to our days. For if dealing with a relatively extensive period, one selected some authors whose academic production in the area of Regional Geography had had great influence on the analyses of referring the theoretical and conceptual problems to the regional question. In this direction, without the intention to deplete the secular and controversial quarrel on the region concept, it was preferred to present a panorama of the diverse conceptions on the concept and to point the current trends of the regional debate.*

**Word-key:** region, regionalism, globalization

### A Gênese da Questão Regional: Ritter, Hettner e la Blache

O alcance de um conceito se mede, segundo as acepções empiristas, pelo seu caráter justificável e pela intenção de objetividade. Na visão funcionalista, a validade

e o alcance de um conceito residem na sua capacidade operacional e demonstrativa, apoiado no racionalismo pragmático. Em outra direção, pode-se dizer que a validade de um conceito se mede a partir de sua permanência no discurso circunscrito aos limites de determinadas disciplinas científicas. Segundo (MORIN, 1987), a validade

---

\* Professor Assistente Doutor Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" Campus de Rio Claro Instituto de Geociências e Ciências Exatas Departamento de Geografia. e-mail: prtg@rc.unesp.br

do conceito está na sua capacidade de auto-destruição, isto é, de permanecer na temperatura de sua própria destruição. Argumenta-se também que a validade do conceito está no reconhecimento de seus próprios limites, no caso do conceito de região, a indefinição dos limites, resultante dos seus múltiplos usos, o condena, segundo a epistemologia tradicional, quanto a sua validade explicativa.

Etimologicamente, o termo região origina-se do latim *regio*, que significa reger, regência, controle. Durante o Império Romano, a região referia-se a uma dada unidade territorial administrativa, cujo centro era uma cidade. Neste caso, a noção de região assumia um sentido eminentemente jurídico administrativo, ou seja, relacionado à divisão geopolíticas da base territorial do Império.

As primeiras pesquisas com pretensão científica que começaram a utilizar a noção de região para descrever as especificidades das paisagens naturais, deram-se na França com Philippe Buache (1752) que, segundo (LENCIONI, 1999, p. 69), “provocou uma grande revolução nos recortes e análises de conjuntos territoriais”. Para a autora pode-se atribuir a Buache a gênese de uma Geografia Regional desvinculada das fronteiras políticas territoriais e com uma perspectiva objetiva de análise.

O conceito de região somente tornou-se um problema teórico e metodológico no século XIX, com a institucionalização da Geografia como Ciência. A partir daí uma longa trajetória de polêmicas foi percorrida pelo conceito. Na Alemanha, Ritter (1789-1859) e Hettner (1859-1941) foram os precursores na sistematização da chamada Geografia Regional. A partir das filosofias de Rousseau e Kant, procuraram desenvolver as noções de diversidade, totalidade, particularidade e singularidade relacionadas às variações naturais e históricas da superfície da terrestre.

Para Ritter, a unidade da Geografia encontrava-se na denominada ‘síntese regional’, pois a partir desta se poderia apresentar, ao mesmo tempo, o universal e o particular. De acordo Hettner, o estudo da diversidade da superfície terrestre ou da “diferenciação de áreas” definia a região como objeto de estudo da Geografia.

Segundo (AMARAL PEREIRA, 1993, p.118), a Geografia para Ritter consistia em uma disciplina “essencialmente histórica que tem o seu próprio centro de estudo nas relações entre ambiente natural e o desenvolvimento dos povos”. A proposta metodológica de Ritter definia-se, por um lado, como sendo de cunho antropocêntrico ao conceber o homem como sujeito da

natureza e, por outro lado, regional, dirigido para os estudos das individualidades e da valorização da relação Homem-Natureza.

Neste sentido, a região era apresentada como individualidade da totalidade e a Geografia como um estudo comparativo das relações causais. A região, seria então o objeto de estudo e a paisagem o parâmetro de distinção regional.

Para Hettner, portanto, o caráter singular das diferentes parcelas do espaço adviria da forma particular das inter-relações dos fenômenos aí presentes. Ou seja, cada região teria sua singularidade expressa pela interconexão de variáveis físicas e humanas próprias. Assim, essas peculiares características formais, funcionais e genéticas é que seriam responsáveis pela sua particularidade. As diferentes paisagens seriam, pois, seu objeto individualizador (BEZZI, 1996. p.122)

a França, a questão regional tornou-se mais complexa por agregar influências de diversas correntes do pensamento científico e filosófico de meados do século XIX. Tanto as correntes empiristas como racionalistas tiveram uma forte incidência sobre o pensamento geográfico francês e, portanto, na elaboração dos seus conceitos. Dentre os principais representantes da Escola Francesa de Geografia, Paul Vidal De la Blache foi, sem dúvida, o mais proeminente.

Ambas as escolas, francesa e alemã, fundamentaram o conceito de região a partir da configuração da paisagem natural e da paisagem cultural, única maneira, naquele momento, capaz de estabelecer empiricamente os limites da região. A paisagem, entendida como extensão geográfica da região, resultava do metabolismo entre um determinado *gênero de vida* e o meio natural, isto é, a ecologia humana. A região revelava dentro dos limites espaciais as especificidades históricas e naturais da relação Homem-Meio. Nesta perspectiva, a Escola Francesa de Geografia produziu inúmeras monografias da totalidade do território francês de modo a imprimir, em cada região, um caráter verdadeiramente personalista.

Entre o final do século XIX e meados do século XX, a região foi concebida como o verdadeiro centro das atenções por parte dos geógrafos tanto europeus como norte-americanos. Neste período, tornou-se unânime a aceitação da região como objeto de estudo da Geografia.

## Visões e Versões Sobre o Conceito de Região

Após um lapso de 20 anos de suspensão dos debates teóricos e metodológicos na Geografia Regional, nos anos 50 a questão regional retorna ao centro das atenções, mas desta vez tratada no âmbito das concepções neopositivista e estritamente vinculadas ao planejamento regional. A polêmica teórica que caracterizou a trajetória do conceito de região até por volta dos anos 30, foi deixada de lado e o transformou em instrumento de classificação de áreas para fins de regionalização e planejamento territorial.

Segundo Duarte (1980, p. 06)

A complexidade da abordagem teórico-conceitual sobre regionalização fica maior porque a preocupação com o conceito de região e seus diferentes métodos de investigação não ficam restritos à pesquisa geográfica (...) e a maneira como tem se processado a evolução da abordagem regional e a essência metodológica da crítica que lhe é feita foram obstáculos para o desenvolvimento do conceito de região como objeto de conhecimento. A evolução do conceito se processou de maneira cíclica, relacionada a objetivos muitas vezes alheio à preocupação científica.

Este vertente metodológica, no entanto, não foi inteiramente dominante na Geografia. Embora tenha predominado em grande parte dos centros de estudos geográficos, outras correntes teóricas se desenvolveram a partir dos anos 60 e 70 e terminaram por lograr um certo êxito em relação à concepção sistêmica do planejamento regional, em grande parte pela mudança nos temas de pesquisa proposto para a Geografia.

As novas correntes teóricas que se desenvolveram, a fenomenologia e o materialismo dialético, surgiram como rejeição ao empirismo nominalista da Geografia Clássica e ao neo-positivismo da Geografia Quantitativa. No caso da fenomenologia, a ênfase ao humanismo e a valorização do sujeito em relação objeto, fez da percepção espacial e as experiências vividas, seus fundamentos básicos de interpretação e definição dos conceitos de lugar, região, território e paisagem. Nesta abordagem, a região pode ser definida, segundo (FRÉMONT, 1980, p. 43), como:

um espaço de referência, conteúdo e contingência que os atores sociais reconhecem como próprios de sua coletividade. Pode-se dizer, então, que a região representa uma realidade, a qual é coletivamente estabelecida, pois é um objeto de conhecimento. Assim, ela existe ao nível da representação de uma coletividade que tem e incorpora significados, é um elemento da organização social. Ela passa a ser concreta, pois é uma realidade vivida, independentemente da vontade de quem a observa, já que o espaço dá a identidade do grupo.

As correntes oriundas do materialismo dialético não aprofundou conceitualmente o debate em torno da questão regional, o foco estava centrado na concepção de espaço social e concebia-se a região apenas como uma escala de análise empírica da divisão territorial do trabalho e das formas materiais assumidas pela relações sociais capitalista no processo de “produção do espaço. De acordo com (GILBERT, 1988) A região está associada ao modo de produção, divisão do trabalho, acumulação de capital, reprodução da força de trabalho, política, ideologia e dominação. A região é a articulação concreta das relações de produção em um dado momento e lugar.

No início dos anos 90, grande parte dos geógrafos despediram-se do debate sobre a questão regional. O processo de globalização, sustentado pela lógica local/global, passou a ser visto como um verdadeiro “rolo compressor” sobre os espaços regionais, fazendo com que a antiga unidade ambiente físico e História entrasse em colapso funcional.

Com a Geografia Crítica, a região tornou-se uma derivação do espaço total, isto é, um “sub-espaço”. Os problemas, no entanto, da abordagem regional residem, segundo a visão marxista, na dificuldade de elaboração de mediações conceituais entre o movimento global do capital e as formas de convergências regionais, bem como na sincronia explicativa entre as diferentes escalas intermediárias (regional, nacional). As dificuldades da abordagem regional, entretanto, não inibiu a Geografia Crítica, especialmente nas áreas de Geografia Econômica e Geografia Política, na realização de pesquisas com viés marxista.

Estas reflexões define os problemas fundadores de uma nova aceção para o conceito de região como categoria de análise da Geografia. Como problema

epistemológico a região constitui-se como recorte espacial de reprodução da totalidade; como problema empírico pode ser interpretada como expressão das diferenças entre os lugares, diferenças estas provocadas pelos eventos comandados pela globalização, e constitui um recorte espacial funcional às formas de produção. Afetada pela aceleração dos tempos atuais as formas e os conteúdos das regiões mudam repetidamente, sendo possível que a sua vida seja muito curta.

Na realidade, por todos os impasses conceituais e metodológicos da dimensão regional dos fenômenos, a região deixou de ser um problema para uma parte importante da comunidade geográfica (Castro, 1993, p. 60). Alguns geógrafos chegaram mesmo a propor sua substituição por outros termos. (ANN MARKUSEN, 1981), integrante da corrente marxista, propôs substituir o termo região por regionalismo; Roger Brunet, geógrafo francês, organizador da enciclopédia francesa *Géographie Universelle*, sem qualquer identificação com essa corrente de pensamento, definiu região como *un mot vide* (uma palavra vazia) e propôs substituí-la por *contrée*, cuja etimologia designa “um espaço diferente”. A palavra origina-se de *contre* (contra), *opposé* (oposto), *immédiate* (imediato), isto é, colocado em frente, sem mediação (CASTRO, 1993, p. 61).

A região, como problema para a reflexão geográfica, esteve portanto no centro das críticas, tanto da corrente que elegeu os pressupostos da economia política como daquela da renovação positivista. No caso da primeira, concordamos com (GOMES, 1995, p. 66) quando aponta que “do enxerto dos instrumentos teóricos do materialismo dialético não surgiu um conceito de região efetivamente operacional e, muitas vezes, a idéia evolucionista e mecanicista predominou revestida de um vocabulário marxista.”

A crença de que a região seria um *fetich*e do espaço mais do que uma realidade objetiva, levou diversos autores de distintas áreas das ciências sociais a acreditar no seu desaparecimento. O processo de globalização econômica, centrado na relações local/global, conduzia, segundo os adeptos do ecletismo vulgar, ao fim das escalas intermediárias. No entanto, a breve experiência da globalização mostrou que todo movimento de tende a homogeneizar o espaço produz um efeito contrário de resistência, seja de natureza econômica ou sócio-cultural. Como argumenta (LENCIONI, 1999, p.192), “as diferenças emergem e se contrapõem ao processo que tende a anulá-las”.

Para (PEREIRA LEITE, 1994, p. 68), a escala regional coloca-se como “as premissas desse processo de reorganização referencial e qualitativa que é a desconstrução”. De acordo com a autora, em artigo publicado em 1992, a região e paisagem podem ser compreendidas como portadoras de significados sócio-culturais. As regiões, diz a autora:

são construídas e constituídas em significados, a partir de certos imperativos ou princípios sociais que resultam de exigências das instâncias estruturais e super-estruturais da sociedade; as formas da paisagem condicionam as redefinições regionais, dirigem as transformações sociais, limitam as alternativas de organização .

Acredita-se que o processo de globalização dos lugares não ocorre, como argumenta (SOUZA, 1992), com a “falência da região” ou “explosão territorial”. A concepção de que no atual período técnico-científico a tendência cada vez mais forte de que ocorra desvinculação da força de trabalho de suas respectivas regiões (desterritorialização), fez com que “aquela unidade histórico/físico/econômica e funcional indicada pelas múltiplas definições regionais” deixasse de ter sentido. Deve-se questionar, primeiramente, se os conceitos de região tiveram, em algum momento, um único sentido.

Nota-se que as novas modalidades de produção introduzem, geralmente, mudanças relativas na dinâmica regional sem alterar, muitas vezes, a estrutura funcional da produção, circulação, distribuição e consumo.

A reestruturação do espaço regional não implica “falência” e, tampouco, destruição da região como espaço de referência, mas, supressão e emergência de formas e funções que se organizam sob a égide de um processo de acumulação capitalista cada vez mais acelerado, seletivo, fragmentador e, por isso, espacialmente desigual.

Destarte, o espaço regional pode conhecer tanto uma revalorização quanto uma desvalorização de suas condições materiais e imateriais de produção e acumulação. Os lugares que tendem a ser recrutados a participar diretamente no circuito econômico mundializado, o fazem pela originalidade e especialidade de suas formas e funções que são responsáveis pela sua articulação com a economia urbana regional, assim como pelas possibilidades de acompanhar o ritmo das inovações tecnológicas colocadas pela competitividade do mercado mundial.

A seletividade do capital combinada aos fatores sociais e econômicos de natureza intra e inter-regionais limita o espectro de participação direta de determinados lugares na composição do capital global, reduzindo-os à escala local/regional. De acordo com (SMITH, 1988, p. 218), com a “tendência do capital global (...) em direção à igualização, o capital busca diferenciar o espaço abaixo da escala global como um meio de controle político, bem como de sobrevivência econômica”. Neste sentido, a região pode ser vista, de acordo com (BECKER, 1978), como estratégia política e como base territorial necessária à concentração do poder econômico.

O argumento de que as modalidades econômicas mundializadas organizam-se espacialmente através de uma “satelização de lugares”, compondo-se como um mosaico de “pluralidades” que tendem à homogeneização e fragmentação do território e des-territorialização do trabalho e dos centros tecno-informacionais de decisões, não considera a oposição das condições objetivas herdadas, como também das formas de (des)construção espacial que operam dialeticamente em diferentes escalas.

A emergência de novos arranjos espaciais, no entanto, não suprime integralmente as formas do passado mas opera uma renovação através das funções que adquirem na articulação do território nacional e, ao mesmo tempo, fazem-nas objetos de um sistema de ações econômicas, políticas e sociais que visam produzir as condições materiais de produção, a capacidade de “controle” sobre o território e de regulação do processo de acumulação capitalista (GODOY, 2002)

De acordo com (IANNI, 1995, P. 151), “a globalização do capitalismo reaviva a controvérsia mercado ou planejamento ao nível dos setores produtivos, das economias nacionais, dos blocos regionais e, obviamente, da economia mundial como um todo”. Ainda segundo este autor, a “globalização não apaga nem as desigualdades nem as contradições que constituem uma parte importante do tecido da vida social nacional e mundial” (1995, idem). Pois, se a globalização consiste em um processo de fragmentação torna-se, ao mesmo tempo, um movimento de regionalização e de individualização do espaço (SOJA, 1993, p. 192) argumenta que,

o período contemporâneo de reestruturação tem sido acompanhado por uma visibilidade e uma conscientização acentuadas da espacialidade e da espacialização, da regionalização e do regionalismo. A instrumentalidade das estratégias espaciais e

locais da acumulação do capital e do controle social está sendo revelada com mais clareza do que em qualquer época dos últimos cem anos.

Nesse sentido, a introdução de novos capitais em uma dada região ou, como quer (HARVEY, 1993), de modalidades flexíveis de acumulação e gerenciamento, supõe a busca de vantagens comparativas que se materializam em formas espaciais novas ou na reutilização de formas pretéritas, proporcionando, em escala local-global, a intensificação dos fluxos de bens e informações. As vantagens comparativas podem apresentar-se momentâneas ou transitórias e gerar formas espaciais cujas funções serão dissolvidas na medida em que as vantagens localizacionais tornarem-se ‘rugosidades’ para a reprodução do capital.

### **As Novas Tendências do Debate Regional: o regionalismo**

No final dos anos 90 a questão regional retorna ao temário da Geografia e adquire novos significados, especialmente relacionados aos contextos culturais. Não se trata, neste caso, de uma espécie de cartografia das tradições, mas de uma Geografia Cultural que busca compreender as transformações das territorialidades identitárias trazidas pela chamada “Era da Globalização”.

Atualmente, a Geografia encontra-se em busca de um novo paradigma acerca da região. O momento vivido pelas sociedades globalizadas requer a atenção voltada para a importância da escala planetária na organização da economia, das finanças, das redes de poder, e conseqüentemente, a importância das decisões nas escalas regionais e locais.

A emergência dos movimentos nacionalista e regionalistas exige-nos enfrentar novos problemas conceituais para a análise e pesquisa da questão regional. A problematização da região como objeto de pesquisa além dos postulados reducionistas têm conduzido a Geografia a re-pensar a complexidade dos fenômenos e a considerar o problema da escala a partir do ponto de vista fenomenológico e não mais como um problema matemático.

A questão acerca do regionalismo apresenta-se como ponto fundamental na compreensão das relações entre os valores culturais e o território. No caso do Brasil, a questão torna-se ainda mais relevante dado a própria

permanência das heranças dos regionalismos na vida política e cultural do país.

Embora o regionalismo possua uma forte relação com os modos de conceber o espaço, o território, a paisagem e o lugar, a Geografia ainda permanece à margem dos debates sobre esta temática. Para (CASTRO, 1994), essa ausência da Geografia explica-se, em grande parte, pela herança de um imaginário da unidade e da identidade nacionais, originada no mito fundador do Estado no Brasil e às formas assumidas pela conquista territorial, onde reconhecer as diferenças regionais implicaria no abalo do mito de unidade Nacional.

Para esta autora, “o regionalismo é a expressão política de grupos numa região (...) vinculado à identidade territorial (...) se trata, na realidade, de uma mobilização política em torno de questões e interesses de base regional” (CASTRO, 1994, p 164-165).

O regionalismo, diz a autora, torna-se a via de condução para uma identificação e coesão internas das *sociedades regionais*, além de uma competição externa para defesa de padrões, preservação ou obtenção de condições mais vantajosas. A região, neste caso, constituiu-se na base territorial para sua expressão simbólica e cultural.

## Considerações Finais

Finalmente, vale dizer que as noções e os conceitos de região conjugam-se como uma concepção objetiva de pressuposições sobre determinações possíveis e com possibilidades de emergência e concretização. Desse modo, não se trata de uma relação entre essência e aparência, mas de supressão do conteúdo pela forma, de modo que o último apareça como o nexo invertido da primeira.

A questão regional apresenta-se, atualmente, como uma problemática crucial para a Geografia, em particular, e para as ciências sociais em geral para refletir sobre os diferentes modo de análise espacial. O estudo sobre os conceitos de região e de regionalismo requer, sem dúvida, novas formas de abordagem e um esforço de reavaliação crítica dos seus fundamentos teóricos no intuito de redimensioná-los enquanto instrumentos de análise sócio-espacial.

## Bibliografia

BEZZI, M. L. Região : Uma (re) visão historiográfica : da gênese aos novos Paradigmas. 1996. Tese (Doutorado), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1996.

CASTRO, I. E. Visibilidade da Região e do Regionalismo: A Escala Brasileira em Questão. In: LAVINAS; CARLEAL; NABUCO (Org.), Lena, Liana M. da F. Maria R.. *Integração, Região e Regionalismo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 155-170, 1994.

... *O mito da necessidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

DUARTE, Aluizio Capdeville Regionalização: consideração metodológica. Boletim de Geografia Teórica. Rio Claro, v. 10, n. 20, p. 05-32, 1980.

FRÉMONT, A. *La région, espace vécu*. Paris: PUF, 1976.

GOMES, P. C. Da C. *Geografia e Modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna : uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Tradução Adail U. Sobral e Maria S. Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1993.

IANNI, O. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

LENCIONI, S. *Região e Geografia*. São Paulo: Edusp, 1999.

LEITE, M.A. F. P. *Destruição ou Desconstrução ?* São Paulo: Hucitec, 1994.

LEITE, M. A. F. P. *A Região Socialmente Construída : natureza e cultura como processos de organização regional*. Boletim de Geografia Teórica. Rio Claro, v. 22, n. 43-44, p. 348-354, 1992.

MORIN, E. *O Método III: o conhecimento do conhecimento*. Tradução: Maria G. de Bragança. Portugal: Publicações Europa-América, 1986.

PEREIRA, Raquel M. F. Amaral. “*Da Geografia que se Ensina à Gênese da Geografia Moderna*”. Dissertação (Mestrado). Santa Catarina: Universidade Federal, 1988.

SMITH, N. *Desenvolvimento Desigual*. Tradução Eduardo de A. Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, M. A. A. de. *A Explosão do território : falência da região ?*. Boletim de Geografia Teórica. Rio Claro, v. 22, n. 43-44, 1992, p. 393-398.

SOJA, E. W. *Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria crítica social*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.